

Pacote, só mesmo após o pacto

O governo resolveu esperar a reunião de quinta-feira para tomar decisões

BRASÍLIA — O governo decidiu que pelo menos até a reunião que terá com representantes de empresários e trabalhadores, na quinta-feira, para discutir o pacto social, não tomará qualquer medida para conter a alta da inflação. Também na quinta-feira, em Brasília, os líderes dos partidos políticos se reunirão para discutir o pacto.

Ontem, o chefe do Gabinete Civil e ministro interino do Trabalho, Ronaldo Costa Couto, disse que amanhã cedo o presidente Sarney se reunirá com os ministros João Batista de Abreu, do Planejamento e Mail-

son da Nóbrega, da Fazenda, para discutir as propostas de ajuste fiscal que serão levadas à discussão, com os negociadores do pacto.

Costa Couto comentou as declarações do ministro Mailson da Nóbrega feitas em Punta Del Este, no Uruguai, segundo as quais as medidas econômicas para sanear as finanças públicas antecederiam o pacto social. Segundo Costa Couto, Mailson "foi mal interpretado" e estaria irritado com a má interpretação de suas palavras.

A verdade é que a tese de alguns setores do governo, nos quais se incluem o próprio Mailson e João Batista de Abreu, favoráveis à antecipação das medidas, foi vencida pela avaliação política do Planalto, onde domina a idéia de que tudo deve

ser levado antes à mesa de negociações.

Costa Couto, ao manifestar a esperança de que as negociações do pacto sejam bem-sucedidas, chegou a citar Guimarães Rosa: "Sapo não pula por boniteza, mas por precisão". Referiu-se também à Espanha, México e Uruguai, onde o pacto social foi a saída não traumática para a crise econômica. Para Costa Couto, o Brasil é tão "maduro e competente" quanto esses países. Confirmou que mantém constantes contatos com o PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). "Eles não se recusam a conversar, mas apenas querem fazer isso separadamente", disse o ministro. "A solução da crise econômica não passará pelo arrocho salarial", acrescentou.

O secretário de Assuntos

Econômicos do Ministério da Fazenda, João Batista Camargo, confirmou ontem que os ministérios da Fazenda e Planejamento concluíram quase todos os estudos para as medidas de ajuste fiscal. Refletindo a nova posição do governo de não se antecipar ao pacto, afirmou que será levada ao presidente Sarney, para análise, uma lista de alternativas. "Não vamos com propostas fechadas", disse Camargo.

Um dos pontos pendentes no governo é a otenização dos impostos (cobrança pela OTN). O governo alega não poder abrir mão da indexação, ainda que parcial, da tributação. Somente assim poderá reduzir o rombo das contas públicas. Empresários e trabalhadores combatem o plano, convencidos de que ele aumentará a carga tributária.